

DOCUMENTAÇÃO

Catalogação de livros e documentos

LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY

HISTÓRIA, OBJETIVO E CRÍTICA

A CATALOGAÇÃO nas bibliotecas é quase tão antiga quanto a existência das próprias bibliotecas. Temos notícia, pelas investigações de Paul Emile Botta, Sir Austin Henry Layard e outros, de que a biblioteca, no seu mais restrito sentido, fazia parte integrante de quase todos os templos e, provavelmente, de todo palácio real da mais remota antiguidade.

Sabemos que a Biblioteca fundada pelo grande rei do Império Assírio-babilônico, Assurbanipal (668-626 a. C.), constituída por milhões de cilindros de terracota, possuiu também o seu índice, que está hoje em fragmentos no Museu Britânico.

Braugsch, na sua obra "True story of the Exodos", p. 204, diz que houve um templo, no Egito, na cidade de Edfu, que tinha nas paredes de sua biblioteca a lista dos trabalhos nela existentes.

A Biblioteca de Alexandria, a mais notável coleção de livros da antiguidade, possuiu também o catálogo de suas obras, organizado segundo uma classificação idealizada por Calimacus, um de seus famosos bibliotecários. Foi, portanto, o que hoje chamamos um catálogo sistemático ou metódico. Aliás, também sistemáticos foram quase todos os outros catálogos que o sucederam e de que temos notícia.

Dorothy M. Norris, em seu livro "A history of cataloguing", quanto à sua história, divide os catálogos em quatro grupos:

1. Catálogos antigos, até o ano de 1100 (Neste grupo os catálogos conhecidos são raros);
2. Catálogos monásticos medievais, 1100-1400;
3. Catálogos colegiais, 1400-1700;
4. Catálogos de 1700 — em diante.

Dorothy Norris faz nesta obra minucioso e interessante estudo dos principais catálogos conhecidos até 1850.

Precisamos notar que os antigos catálogos tinham mais uma função de inventário das obras existentes na biblioteca. Com a invenção da imprensa e conseqüente multiplicação dos livros, cresceu, na Biblioteca, a importância do catálogo, que

de inventário passou também a ser um índice imprescindível para a sua coleção. O objetivo da catalogação, que se valorizou com o crescimento da produção escrita, valorizou-se ainda quando a Biblioteca deixou de ser apenas uma coleção de obras, para constituir um valioso serviço de documentação, um centro de estudo e de pesquisa, um perfeito serviço social.

Sendo o catálogo e a classificação os instrumentos fundamentais de que dispõe a Biblioteca para poder atingir os seus objetivos, é necessária, por parte dos catalogadores e classificadores, a perfeita compreensão desses objetivos, para que possam realmente conhecer e avaliar a tarefa de que estão incumbidos.

Vejamos, pois, quais são esses objetivos em suas linhas gerais:

1) *A Biblioteca como serviço de documentação*

Segundo o Instituto Internacional de Documentação de Bruxelas, no seu trabalho "Projet de guide international de la documentation", 1935, os serviços de documentação consistem do "conjunto de serviços onde uma documentação geral ou especial, completa ou parcial, é metódicamente organizada para ser posta à disposição dos interessados". (*Ensemble des services où une documentation générale ou spéciale, complète ou partielle est méthodiquement organisée pour être mise à disposition des intéressés*). São, pois, os serviços de documentação constituídos de duas partes distintas. Da primeira, constam a colheita dos dados, seu registro, sua classificação e sua catalogação. Podemos chamar esta parte de arrumação e conservação do material que servirá à documentação. Esta arrumação, que compete aos arquivos e bibliotecas, se não fôr seguida da segunda parte, que é a seleção, publicação, duplicação e divulgação do material reunido, ficará sendo um trabalho inerte, um trabalho dispendioso e precioso, desastrosamente não aproveitado.

A primeira parte era realizada pela Biblioteca antiga, mas não tão eficazmente como o pode ser hoje. A segunda parte caracteriza a Biblioteca moderna.

2) *A Biblioteca como centro de informações*

Pelo serviço de referência, que é um dos seus principais elementos de trabalho, a Biblioteca mo-

terna pode prestar notável auxílio ao leitor, assim como pode contribuir eficazmente para facilitar qualquer informação bibliográfica que esteja sendo necessária, dependendo para isso, entretanto, da perfeita elaboração de seu catálogo.

3) *A Biblioteca como um laboratório de pesquisa e de estudo*

Quem considera a imensa riqueza da produção escrita sobre todos os assuntos e sabe que mesmo o especialista fica desorientado diante da bibliografia completa das publicações em sua especialização, quem avalia o que é uma biblioteca constituída de milhões de livros, compreende a necessidade não só da catalogação e classificação perfeitas desse material, assim como entende a necessidade absoluta de sua seleção.

E' por isso que a Biblioteca moderna se impõe a tarefa de aproveitar as suas pesquisas bibliográficas, para aliviar o técnico, o cientista, ou qualquer estudioso, de buscas inúteis, de pesquisas já realizadas.

Comprometeu-se a Biblioteca hodierna a mostrar ao leitor aquilo que já existe escrito sobre o trabalho que ele se propõe a realizar, para que não seja repetido o que já foi feito e sim melhorado e ampliado. Apoiar-se ainda na perfeita elaboração do catálogo a boa execução desse trabalho.

4) *A Biblioteca como serviço social*

Não é difícil imaginar o caos que resultaria se fossem suspensos os chamados "serviços sociais", tais como aqueles que tratam da educação, da saúde pública, da polícia, da assistência hospitalar etc. São esses serviços indispensáveis à boa ordem e ao progresso social. Do mesmo modo podem e devem ser considerados os serviços da Biblioteca. No desempenho de suas funções, como laboratório na escola, como centro recreativo e educacional para todas as classes e para todas as idades, como elemento preponderante para a educação de adultos, muito pode a biblioteca fazer pela formação e pelo progresso da sociedade a que serve, cabendo, ainda, ao classificador e ao catalogador auxiliá-la nessa elevada missão.

Dissemos que a catalogação na Biblioteca moderna pode ser realizada com muito maior perfeição do que nas antigas bibliotecas. Vejamos porque.

Nos séculos XVII e XVIII não havia ainda o empenho que existe hoje em se fazer uma transcrição perfeita da *fôlha-de-rosto*. Os catálogos ainda eram relações manuscritas dos livros da biblioteca, geralmente feitas pelo prenome do autor. No século XIX, começou-se a cuidar da pesquisa dos autores dos livros anônimos, e as regras de catalogação, que já existiam desde o começo do século XVIII, evoluíram e começaram a ser codificadas.

O ano de 1840 marcou, na Inglaterra, o período que foi chamado como o de "Battle of the rules", por causa das discussões a respeito de nova e uma regras compiladas por Sir Anthony

Panizzi e seus colaboradores, na Biblioteca do Museu Britânico. A mesma expressão, diz Margaret Mann, pode ser usada para as polêmicas realizadas na América, entre os anos 1876 e 1908.

Em 1850, a pedido da Smithsonian Institution, grande instituição humanística norte-americana, que tem por objetivo "the increase and diffusion of knowledge among men", isto é, o aumento e a difusão do saber entre os homens, o professor Charles C. Jewett, com a colaboração de numerosas bibliotecas, inicia a colheita de material para o seu trabalho "On the construction of catalogues of libraries and their publications, by means of separate stereotyped titles, with rules and examples", publicado pela primeira vez em 1852. Nessa ocasião, já existia a American Library Association, que também estava cogitando da elaboração do seu Código de regras para catalogação. Os trabalhos de Charles Ammi Cutter, quer com a apresentação do seu livro "Rules for a Dictionary Catalog", quer com a colaboração que prestou ao Código da A.L.A., merecem nota toda especial.

Em 1901, a biblioteca do Congresso, necessitando imprimir suas fichas, entra em entendimento com a A.L.A. para a elaboração do Código de catalogação, no qual a British Library Association é convidada a colaborar em 1904. (Catalog rules: Author and title entries, 1908).

Já, anteriormente, havia se destacado, na Alemanha, em 1886, pelo seu trabalho de compilação de regras catalográficas, Karl Dziatzko, da Universidade de Breslau.

Na Itália, em 1886, temos em Fumagalli o pioneiro que tentou dar às regras de catalogação uma feição internacional.

Sabemos, portanto, que os últimos 80 anos foram, no campo da catalogação de livros, testemunhas de grandes progressos. Para nos certificarmos disso, é suficiente notar o que conseguiram a Biblioteca do Congresso, dos Estados Unidos da América do Norte, a do Vaticano, a Biblioteca Nacional da Prússia e repararmos, também, na elaboração do "Gesamtkatalog" alemão e na de todos catálogos coletivos europeus e americanos.

Segundo Hermann Fuchs, bibliotecário da "Staatsbibliothec" de Berlim, atualmente existem três tipos distintos de código de catalogação: 1) o *tipo germânico*, compreendendo, com o da Alemanha, os códigos da Suíça Alemã, dos Países Baixos e da Polônia; 2) o *tipo romano*, que prevalece na França e na Bélgica; 3) o *tipo anglo-saxão*, do qual derivam, além dos códigos ingleses e americanos, os da Itália, dos países do Norte, da China e do Japão.

Entretanto, as regras de catalogação já possuem, hoje em dia, um cunho internacional e o código da Biblioteca Vaticana, de 1931, (1939 em segunda edição), que nada mais é do que o próprio código da A.L.A. de 1908, desenvolvido e aperfeiçoado, acaba de ter em quase todos os países uma acolhida extraordinária.

O Código da Biblioteca Vaticana já existe em tradução espanhola, em tradução inglesa e, por

feliz iniciativa do Departamento Administrativo do Serviço Público, em edição portuguesa da Editora Ipê.

O Código de Catalogação da American Library Association, de 1908, baseou-se fundamentalmente nas regras de Dziatzko e nas do "Gesamtkatalog". Os pontos de divergência entre a American Library Association, a British Library Association e a Biblioteca do Congresso estão anotados no próprio Código. Este Código, completamente revisto e muito ampliado, foi publicado, em edição preliminar, em 1941.

Devido ao grande desenvolvimento da catalogação por cooperação, as bibliotecas estadunidenses já não se satisfaziam com o Código de 1908 e exigiam regras mais pormenorizadas e precisas. Entretanto, a edição definitiva desse Código ficou por oito anos na dependência da aprovação de uma comissão especial, composta de bibliotecários e administradores, nomeada pela A.L.A., para examinar e julgar a sua aplicabilidade sob o ponto de vista econômico e prático. Somente em 1949, com o título de "A.L.A. cataloguing rules: author and title entries" foram publicadas, em caráter definitivo, as regras para a identificação dos autores e para a escolha da forma de seus nomes, isto é, a primeira parte do Código de 1941. Para a transcrição do título bibliográfico adotou a A.L.A. as regras em prática na Biblioteca do Congresso norte-americano, publicadas também em 1949, com o título "Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress".

No Brasil, já se tem pensado em um *Código brasileiro de Catalogação*.

No Rio de Janeiro, em 1934, Jorge Duarte Ribeiro publicava "Regras bibliográficas", primeiro ensaio de consolidação de regras tentado para os nossos catálogos. Em São Paulo, o Conselho Bibliotecário, da Secretaria da Educação e Saúde, em 1938, publicou algumas regras para padronização de fichas, e, mais tarde, em 1941, a Associação Paulista de Bibliotecários publicou "Regras gerais de catalogação e redação de fichas", cujo prefácio diz que a Comissão "não cogitou de estabelecer um *Código de catalogação*, mas somente normas das principais regras básicas, tendo em vista a situação dos catalogadores das pequenas bibliotecas, longe dos grandes centros e impossibilitados de manusear os grandes códigos universalmente consultados". Em 1944, no Rio de Janeiro, aparecem as "Instruções para a organização das bibliotecas dos corpos e estabelecimentos do Exército", compiladas pela Biblioteca Militar.

Enquanto isso, desde 1941, trabalhava uma Comissão incumbida pelo Governo federal de organizar o Código de que ainda necessitam nossas bibliotecas. Esta Comissão era constituída por um representante da Biblioteca Nacional, do Instituto Nacional do Livro e do Departamento Administrativo do Serviço Público. Mais tarde, em 1945, outra Comissão foi organizada para julgar os resultados do trabalho apresentado pela primeira Comissão. Regras fundamentais, usadas internacionalmente, consagradas pela prática de dezenas

de anos e pelos Códigos da American Library Association e do Vaticano, já por muito tempo em prática nas nossas bibliotecas, haviam sido alteradas ou inteiramente modificadas, no trabalho incompleto e insatisfatório, apresentado como "Normas para a organização de um catálogo dicionário de livros e periódicos", e, por isso, condenado pela Segunda Comissão ao arquivo e esquecimento.

Em meados de 1947, realizou-se, em Washington, o Primeiro Congresso de bibliotecários das Américas, tendo como objetivo incentivar o desenvolvimento dos serviços das bibliotecas americanas e estimular a cooperação entre elas. Nesse Congresso, foram amplamente discutidos os problemas de catalogação e classificação, tendo em vista, principalmente, entendimentos que aumentassem a uniformidade no uso internacional das regras da A.L.A. e no emprêgo do Sistema de Classificação de Melvil Dewey.

Realmente, o Sistema De Classificação Decimal de Melvil Dewey vem sendo o preferido pela maioria das bibliotecas brasileiras. Quanto às regras de catalogação, o Código da A.L.A. vem sendo adotado com modificações pela Biblioteca Nacional e pela maioria das bibliotecas paulistas, enquanto o da Biblioteca Vaticana pode ser, pelo número das bibliotecas que o adotam, considerado como o mais popular no Brasil. Deve-se considerar que as diferenças existentes entre os dois códigos são muito pequenas e que, praticamente, não impedem que exista catalogação cooperativa entre duas bibliotecas que os adotem.

Esses dois códigos revistos com as modificações introduzidas espontaneamente pelas bibliotecas brasileiras resultariam em um esplêndido e verdadeiro *Código brasileiro de catalogação*.

CONCLUSÕES

1. O catálogo de uma biblioteca moderna é a mais importante de suas obras de referência.
2. A uniformidade e perfeição só podem ser conseguidas no trabalho de catalogação por meio da adoção de um código de regras.
3. O emprêgo de um único código de catalogação por todas as bibliotecas oferece as seguintes vantagens:
 - a) Permite o intercâmbio entre os serviços de catalogação;
 - b) Facilita a formação de catálogos coletivos;
 - c) Auxilia a obtenção de informações bibliográficas necessárias aos serviços de referência;
 - d) Facilita o treinamento de catalogadores e a substituição dos mesmos;
 - e) Familiariza os leitores com todos os catálogos em todas as bibliotecas.